



## ***As Trajetórias e as Estratégias Adotadas para Defesa das Escolas do Campo do Município de Lima Duarte – Minas Gerais***

*The Trajectories and Adopted Strategies for Defense of the Municipality of Lima Duarte Field Schools - Minas Gerais*

BARRAL, Beatriz Souza<sup>1</sup>; SOUZA, Dileno Dustan Lucas de<sup>2</sup>; SOUZA, Welliton J. C.<sup>3</sup>

1- Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduada em Ciências sociais pela UFJF. - [bsbarral@gmail.com](mailto:bsbarral@gmail.com); <sup>2</sup> - Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora/ Faculdade de Educação. [dilenodustand@gmail.com](mailto:dilenodustand@gmail.com); <sup>3</sup> - Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora [wellitongen@gmail.com](mailto:wellitongen@gmail.com)  
Pesquisa com apoio da FAPEMIG

**Resumo:** Há uma série de leis que regem a educação do campo e existe uma unanimidade no que diz respeito à necessidade de se respeitar as especificidades dessas escolas e das comunidades. Em Lima Duarte não há movimentos sociais ligados à terra mas, iniciou-se um movimento em defesa das escolas do campo, na discussão do Plano Decenal Municipal de Educação do ano de dois mil e dezesseis. Uma dessas escolas não foi nucleada, como era a proposta inicial. Um grupo de professores do município tem construído parcerias com outras instituições e propondo novas práticas pedagógicas, com o objetivo de fortalecer a luta na defesa das escolas do campo construindo diálogos com as comunidades, profissionais e gestores da importância destas escolas e suas territorialidades. Esse texto irá fazer um breve diagnóstico dessa situação, as ações realizadas no último ano e o projeto de Soberania Alimentar que se propõe para as escolas.

**Palavras chaves:** Educação do Campo; Movimentos Sociais; Políticas Públicas;

**Abstract:** There is a series of laws that rule field education and there is an unanimity regarding the necessity of respecting the specificities of such schools and their communities. In Lima Duarte there are no social movements tied to the land but has been initiated a movement in defense of the rural and field schools, in the discussion of the Plano Decenal Municipal de Educação ("Decennial County Plan of Education") of the year two thousand and sixteen. One of those schools was not nucleated, as was the initial proposal. A group of professors in the municipality have built partnerships with other institutions and proposing new pedagogical practices, with the goal of strengthen the fight in the defense of the rural and field schools developing dialogs with the communities, professionals and administrators about the importance of those schools and its territorialities. This text will make a brief diagnostic of such situation, the actions accomplished within the last year and the project of Soberania Alimentar ("Food Sovereignty") that aims to the schools.

**Key Words:** Field Education; Social Movements; Public Policies



## Introdução

Este artigo propõe a registrar o início das discussões sobre o conceito “escola do campo” no município de Lima Duarte – MG a partir do ano de 2015, discussões estas inflamadas com a publicação do Plano Decenal Municipal de Educação. As legislações<sup>1</sup> relacionadas à educação rural têm conseguido criar uma maior visibilidade das escolas localizadas no meio rural, valorizam sua existência e zelam para que continuem a existir.

Esta necessidade de reconhecer as especificidades das escolas rurais chega ao município de Lima Duarte via processos burocráticos no ano de 2014, acompanhando o movimento nacional e estadual que prevê diferenciações para estas escolas, inclusive com verbas maiores para essas. No município não há movimentos sociais ligados à terra. Então como foi a construção deste termo escola do campo em Lima Duarte? Como estas escolas, agora denominadas do campo, e não tendo nenhuma ligação com os movimentos sociais se apropriam deste conceito e a faz ou não se tornar realidade em suas comunidades?

A partir destas questões o grupo de pesquisa TRAME – UFJF acompanha a construção deste conceito e as ações realizadas pelos profissionais da educação das duas escolas municipais e da escola estadual, consideradas “do campo” em Lima Duarte. Mantendo conversas com os gestores municipais, estaduais e professores destas escolas.

É necessário caracterizar as escolas do campo<sup>2</sup> de Lima Duarte, no início do ano de 2016 são três: E.M. Francisco Augusto de Oliveira, a E.M Coronel José de Salles e a E.E. Tiago Delgado.

A E. M. Francisco Augusto de Oliveira atende desde a Ed. Infantil até ao E. Médio, este último nível ligado à E.E. Adalgisa de Paula Duque localizada na zona urbana de Lima Duarte, seu funcionamento ocorre no turno da tarde para todas as modalidades de ensino. Ela recebe alunos de sete comunidades rurais, algumas bem distantes do distrito de São Domingos. Há alunos que saem às dez e meia da manhã de casa e

---

<sup>1</sup> BRASIL, Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002 – Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

BRASIL, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA – Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010 – Casa Civil.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm)

<sup>2</sup> Escola do campo: àquela situada em zona rural ou em zona urbana que atenda predominantemente alunos oriundos da zona rural. Serão consideradas do campo também as turmas anexas e/ou localizadas no segundo endereço vinculadas às escolas de zona urbana. (Diretrizes mineiras)



retornam às dezoito horas. Ficando 3 horas no transporte escolar. É a escola mais distante da zona urbana, seus alunos são de famílias de agricultores familiares e trabalhadores rurais.

A E. M. Coronel José de Salles tem aulas no turno da manhã e atende da Ed. Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental, na comunidade de Orvalho. Os alunos começam a chegar à escola por volta de seis e vinte da manhã e ficam na comunidade até as treze e vinte horas. Estes são os das comunidades mais distantes. Os alunos desta escola terminam os estudos da Educação Básica na E.E. Tiago Delgado na comunidade do Manejo que fica há 6 km de Orvalho. A escola passa por uma reforma, enfrenta vários problemas porque a quadra da comunidade fica ao seu lado e a falta de estrutura desta atrapalha o funcionamento da escola e favorece a sua depredação por usuários da quadra, como exemplo a quebra de vidros das janelas. Esteve para ser nucleada à Escola Municipal Tiago Delgado no ano de 2015 pelo poder executivo, questionamentos feitos pelos profissionais da educação, baseados nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo impediram o seu fechamento.

A E.E. Tiago Delgado atende aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. Tem uma quadra inacabada, e compartilha o prédio com a E.M. Tiago Delgado que atende da Ed. Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental. A escola estadual já é reconhecida como do campo e o município ainda não reconheceu a parte municipal com esta denominação. A Secretária Municipal informou que fará esta mudança porque senão fica incoerente com o estado e também para ter acesso à mais verbas.

As turmas municipais da educação infantil e primeiros anos do Ensino Fundamental são multisseriadas nas três escolas aqui citadas.

É importante para o contexto desta pesquisa, mencionar que o município de Lima Duarte possui dez escolas, destas, cinco estão em zonas territoriais consideradas rurais, mas apenas duas estão sendo consideradas do campo. As descrições feitas são importantes para situar o leitor da realidade destas escolas, que sacrificam seus alunos, com transporte escolar inadequado na segurança e em estradas de terra ao percorrer grandes distâncias. E, mesmo para as escolas que passaram a serem denominadas “do campo” ainda não houve nenhuma ação pedagógica específica que faça o conceito se tornar realidade, criando dinâmicas de valorização do campo.

## Metodologia

Antônio Chizzotti (2003) afirma que ao nos relacionar com pessoas, fatos e locais que constituirão os objetos de pesquisa devemos extrair deste convívio os significados



visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, interpretados e traduzidos em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competências científicas. Assim o autor aponta a pesquisa de campo para designar o local físico e social onde os dados foram coletados em diferenciação aos locais que exercitam o controle, como laboratórios. Neste sentido, objetivo em meu estudo de mestrado fazer um mapeamento dos processos educacionais que vem se dando nas escolas municipais Francisco Augusto de Oliveira, Coronel José de Salles e na E.E. Tiago Delgado que ficam localizadas em zonas rurais do município de Lima Duarte/MG e para isto conto com a colaboração de profissionais das redes municipal, estadual e federal. A metodologia escolhida para esta pesquisa foi a pesquisa colaborativa referenciada por Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina (2008, p.25)

“A prática da pesquisa colaborativa envolve investigadores e professores tanto em processos de produção de conhecimentos quanto de desenvolvimento interativo da própria pesquisa, haja vista que o trabalho colaborativo faz com que professores e pesquisadores produzam saberes, compartilhando estratégias que promovam o desenvolvimento profissional. Nessa perspectiva, é atividade de co-produção de conhecimentos e de formação em que os pares colaboram entre si com o objetivo de resolver conjuntamente problemas que afligem a educação.”

Com esta intenção colaborativa, fazemos reuniões aproveitando o horário de planejamento coletivo (HPC) para formação com a temática da educação do campo e nestes encontros mensais ocorre uma formação teórica dos conceitos relacionados à educação do campo e suas propostas, levantando nestes diálogos, as principais demandas dos profissionais envolvidos e buscando estratégias para resolvê-las conjuntamente.

É uma metodologia interessante, estimulante e contínua já que o professor não é objeto e sim participante, não há erros. As pessoas aprendem a colaborar, é um processo lento, mas todas as práticas são objeto de análise pelo grupo que avaliam juntos os resultados alcançados. O HPC é adequado para que esta atividade ocorra e possibilita este tipo de pesquisa que ajuda o professor a teorizar sobre sua prática em sala de aula. Empoderando-o, tornando o professor um pesquisador. Há a seguinte distinção, Ibiapina (2008, p.19)

“A diferença entre as pesquisas que consideram o professor como usuário e as que consideram como produtor de saberes, é que, nas primeiras, o investigador tem papel principal na elaboração do conhecimento, mantendo com o professor relação estática. Nesse sentido, o docente é considerado como sujeito pesquisado; na segunda linha, classificada como pesquisa-ação colaborativa, os partícipes são considerados como co-produtores da pesquisa.”



Para este intuito, conto com uma professora da E.E. Tiago Delgado e com um professor da E. M. Francisco Augusto de Oliveira que são professores e pesquisadores desta Universidade, como também com professores que se identificam com a temática da pesquisa considerando-a pertinente, sobretudo com alguns profissionais destas escolas que possuem relações pessoais com o campo. Contando com a presença do orientador da pesquisa para nos auxiliar nas avaliações e círculos reflexivos.

A pesquisa colaborativa converge com o trabalho aqui proposto, pois acreditamos que o trabalho do professor da educação básica, apoiado por grupo de pesquisadores acadêmicos, propicia mudanças significativas nas práticas escolares e também nas comunidades que as escolas do campo estão localizadas. Contribui não só com o aprendizado útil, prático e científico dos discentes, mas sobretudo prevê mudanças sociais e políticas para estes grupos camponeses, nosso objetivo.

## Resultados e discussões

Tabela I - Análise do IDEB das escolas municipais<sup>3</sup> e estaduais<sup>4</sup> – Resultados e Metas 5º ano

ESCOLA	IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS				
	2005	2007	2009	2011	2013	2005	2007	2009	2011	2013
E.M. Altivo Pedro Gomes (periferia urbana)				4,5	***					4,8
E.M. Francisco Augusto de Oliveira (rural)		3,7			***			3,9	4,3	4,5
E.M. Padre Carlos (rural)		4,8			***			5,0	5,3	5,6
E.M. Bias Fortes (urbana)	4,8	4,4	5,6	5,6	6,4	4,8	5,1	5,5	5,8	
E.M. Pedro Paes (urbana)		3,7	5,6	5,6	5,9			3,9	4,2	4,5
E.E. Joaquim Delgado de Paiva (urbana)	4,8	4,7	5,8	5,3	5,9	4,8	5,2	5,5	5,8	
E.E. Tiago Delgado (rural)		5,4			***			5,6	5,9	6,1

\*\*\* Sem média na prova Brasil 2013. Não participou ou não atendeu aos requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Fonte: INEP

Percebemos que as escolas localizadas nas zonas rurais e a escola da periferia urbana não participaram de todas as avaliações externas dos anos de 2005 a 2013. Estes são os anos que já se encontram disponíveis no site do INEP. Então nossa análise, baseada nestes dados oficiais fica comprometida.

Não sabemos o porquê do ano de 2007 ter a maior aderência à esta avaliação. Por ele percebemos que a escola com o maior índice foi a E.E. Tiago Delgado, de zona rural, com uma média bem superior as demais (5,4), seguida de outra escola municipal rural Padre Carlos (4,8). A outra Escola Municipal, localizada em zona rural, Francisco Augusto de Farias fica, juntamente com uma escola municipal de zona urbana, com as médias mais baixas (3,7).

<sup>3</sup> Disponível em :

<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=24482361>

<sup>4</sup> Disponível em:

<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=2483113>



Então, analisando apenas este ano de 2007, verificamos que não há motivos para se fechar escolas de zona rural baseados em argumentos como índices de baixo desempenho educacional. Qual será a dificuldade de aplicar avaliações externas na zona rural? Quais os critérios utilizados pelo governo municipal para decidir quais escolas devem permanecer abertas? Por que a multisseriação das escolas rurais tanto incomoda o governo municipal se este não se preocupa em analisar o desempenho educacional das escolas que possuem este tipo de agrupamento? Seria estas ações um desleixo proposital com as populações rurais do município, já sinalizando uma ida para as zonas urbanas? Será que assim que estão sendo tratadas as escolas rurais de Lima Duarte, como algo prestes a acabar?

Frigotto (apud Kremer 2007, p 125)

“O patrimônio natural e científico e os processos culturais e educativos não podem estar subordinados ao mercado e ao capital, mas ao conjunto de direitos que configuram a possibilidade de qualificar a vida de todos os seres humanos. A educação, nesta perspectiva, é elemento crucial no processo de emancipação da classe trabalhadora e de estabelecer práticas sociais comprometidas com a dignidade e a vida de todos os seres humanos.”

No primeiro ano da pesquisa realizada com o auxílio da Universidade Federal de Juiz de Fora realizamos o diagnóstico no município de Lima Duarte identificando demandas. Atento para o fato que a passagem das escolas para a denominação “do campo” não estarem ligadas à um movimento social ligado à terra, ela ocorre a partir de legislações específicas, estas sim conquistadas por estes movimentos. Profissionais em educação, por terem suas raízes no campo se apropriam destas informações, e passam a cobrar do poder executivo municipal um olhar diferenciado para estas escolas. Contam para isto com a participação de pesquisadores desta Universidade, que oferece subsídios conceituais e teóricos para a defesa destas escolas e ajudam a pensar um projeto político pedagógico atrelado as suas especificidades.

Vive-se no município o que Kremer (2007, p.124) aponta em sua tese:

“A luta do Movimento, baseada num novo projeto de sociedade, foi conquistando espaço e, principalmente com a aprovação das Diretrizes, se consolidou na sociedade brasileira. Com isso, se ampliou contemplando também os moradores do campo que não estão envolvidos nos movimentos sociais. O desafio seria então a materialização dessas”



Este é o grande desafio apresentado às escolas municipais de Lima Duarte, já que os professores em geral não são formados com esta visão social e política do campo. São herdeiros de uma visão urbanocêntrica<sup>5</sup> que vê o campo como uma extensão da cidade e não como um campo de possibilidades. Torna-se opressor quando se transpõe para o campo o modelo de escola que predomina nas cidades. É preciso garantir uma proposta de organização do trabalho pedagógico, de formação de professores e de organização curricular e um discurso que seja do campo, para o campo e no campo.

Muitos profissionais da educação, inconscientemente, se tornam opressores, apesar de oprimidos. O que Paulo Freire (2011) chama de “aderência” ao opressor, estão tão imersos nesta realidade opressora que são instrumentos que a serve e a potencializa, com seus discursos e suas práticas urbanocêntricas, baseadas em desenvolvimento industrial, capitalismo, no ter e não no ser.

Não há políticas públicas no município que incentive o jovem a permanecer no campo, como a escola potencializa a vontade de ir para um centro urbano? Qual o discurso dos professores que fazem os alunos acreditarem que na cidade terão uma vida melhor, com mais dignidade, dinheiro e empregos mais leves?

Estes questionamentos e reflexões estão sendo levados para os professores, nos momentos de formação que aproveitam o horário de planejamento coletivo realizado nas escolas. que pretendem pensar filosófica, sociológica, histórica e politicamente esta realidade, a relação urbano e rural e a autonomia conferida à população que reside nos campos. E destes momentos identificar e junto com os alunos o que pretendem construir que possam possibilitar que permaneçam ali.

A partir destes diálogos, estamos iniciando um projeto de Soberania Alimentar, envolvendo professores das diversas áreas, dando continuidade ao projeto “Minha Terra, Minhas Memórias”, valorização do modo de vida rural. Agora, a proposta é trabalharmos Soberania Alimentar, nos formando e formando nossos alunos com conceitos e ações por eles desconhecidos, dentre eles: Agroecologia, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Cooperativismo.

Para isto estamos com parcerias com Universidade Federal de Juiz de Fora e Secretaria de Educação de Minas Gerais, atualizando com cursos que propõem o Diálogo com os Saberes Tradicionais e na espera de uma formação específica para licenciar em Educação do Campo.

E como Kremer (2007, p.121) percebe

“Esse Projeto de Educação do Campo vem abrindo caminhos para que, pela primeira vez na história, se pense a Educação daqueles que

<sup>5</sup> Etnocentrismo: conceito antropológico que explica as atitudes de atribuição de valores a culturas, colocando-as em uma hierarquia, sendo a cultura de maior valor a que ocupa a posição central, é o não respeito à diversidade cultural. Os sociólogos se esforçam para evitar o etnocentrismo. Urbanocêntrico é atribuir maior valor a cultura urbana quando relacionada à cultura rural.





vivem no campo a partir deles próprios. Garantir o acesso à Escola pode parecer um avanço, mas não é a solução do problema. Faz-se necessário reconhecer que o espaço em que se dá o cumprimento desse “direito de todos e dever do Estado e da família” é social, cultural, econômico e político, portanto, influenciado por interesses e ideologias.”

Para que o povo do campo que se organize e reivindique as políticas que irão lhes atender.

## Conclusões

- Falta à gestão municipal o desenvolvimento de uma política pública de educação para o campo que ajude a comunidade, os profissionais e os gestores municipais a entenderem a importância deste local, de sua conservação e até mesmo de sua lucratividade.

- Ressaltamos a importância de se estabelecer parcerias com instituições: a escola não é feita para ser uma instituição enclaustrada só na teoria, mas é o que na maior parte das vezes ocorre e com isto o universo da aprendizagem fica sem sentido prático, isolado e entediante. Faz-se necessário aglutinar forças transformadoras e geradoras de conhecimento provenientes da junção teoria e prática e acrescidas da comunidade escolar e seu respectivos alunos, daí a importância do projeto de Soberania Alimentar.

- Valorizar os saberes e até ritos culturais, sociais e econômicos, formando uma troca entre todos daquele ambiente. Estas parcerias são vitais para as Escolas do Campo, quanto mais envolvida esta estiver nos problemas da sua comunidade e quanto maior for o seu sentido e consciência de existir, ela se constituirá como uma instituição não só social mas também política no lugar em que estiver inserida.

- A importância de cursos de atualização para os professores para que se formem com os conceitos e práticas defendidos pela Educação do Campo.

Este é um primeiro registro da pesquisa que se inicia no município de Lima Duarte, continuaremos acompanhando o trabalho pedagógico dos professores das escolas do campo, atuando com formação de professores e ajudando a pensar a Educação do Campo no município de Lima Duarte. É importante salientar há um grupo de professores que defendem as escolas do campo e reconhecem a sua importância para consolidação da cultura e dos modos de viver locais. E é este grupo, que tem conquistado novos adeptos, tem ganhado força para fazer em Lima Duarte “Escolas do Campo” que vão além de burocracias.



## Referências Bibliográficas

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Revista Portuguesa de Educação. Vol 16, nº002, Universidade do Minho Braga, Portugal, 2003.

FREIRE, Paulo . **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a construção democrática no Brasil – Da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni. **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002.

IBIAPINA, Ivana. **Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Mônica C. (orgs.). **Por Uma Educação do Campo (Memória)**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília (vol. 1), 1999

KREMER, Adriana. **Debulhando a Pinha: Educação, desenraizamento e o processo dos sujeitos do campo no município de Bom Retiro/SC**. Dissertação de Mestrado Defendida no Programa de Pós- graduação em educação do UNIPLAC/SC, 2007. Disponível em: [http://ww2.uniplaclages.edu.br/mestrado/dissertacoes/educacao/adriana\\_kremer.pdf](http://ww2.uniplaclages.edu.br/mestrado/dissertacoes/educacao/adriana_kremer.pdf)

MOLINA, M., C., FREITAS, H., **Avanços e Desafios na construção da Educação do Campo**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2483/2440>